

Universidade de Coimbra

Conferência Ensino Superior: Governo e Organização

12

OUTUBRO 2018
TEATRO PAULO QUINTELA

Realizou-se no dia 12 de Outubro, no Teatro Paulo Quintela, a conferência Ensino Superior: Governo e Organização, promovida pela Comissão de Estratégia e Comunicação do Conselho Geral. A abertura do evento coube ao Reitor da UC, Professor Doutor João Gabriel Silva, que fez uma resenha da implementação do RJIES na UC, plasmada nos seus estatutos, considerando que as alterações legislativas foram positivas para o Ensino Superior no seu conjunto e para a UC em particular.

O primeiro orador foi o Professor Luke Gheorghiou (LG), vice-chanceler da Universidade de Manchester e que apresentou o tema “*The future of research universities*”. Segundo LG a inserção das universidades na competição global por prestígio, recursos e recrutamento dos melhores estudantes só se torna viável através do reforço da capacitação do corpo de docentes/investigadores, inserida em estratégia clara de desenvolvimento. Uma das ameaças à universidade humboldtiana é a separação entre ensino e investigação. Ora, se os estudantes forem ensinados por não investigadores, a produção de conhecimento tende a cessar. E o conhecimento original é gerado primordialmente no seio dos estudos doutoriais. Assim sendo, as universidades que visam concentrar-se na investigação de excelência devem estar atentas aos desafios e missões societais, superando a tradicional alicerçamento nas disciplinas académicas. A aposta na investigação comporta opções, riscos e ameaças. A busca da excelência implica que as universidades necessitam

de concentrar os seus esforços e investimentos em áreas científicas em que podem competir ao mais alto nível o que, no mundo contemporâneo, implica viver sob a constante ameaça de captura dos sectores lucrativos por interesses privados.

O primeiro painel, *Missão e Natureza das IES*, foi moderado pela doutora Cláudia Cavadas e teve a participação da Doutora Rosário Gambôa (RG) e do Doutor Mira Godinho (MG).

RG relatou a sua experiência como presidente do Instituto Politécnico do Porto para, sem tomar opção pelo modelo binário das IES vigente, defender que é a qualidade da escola, em termos de atração de estudantes e da qualidade do ensino, que deve fundamentar a avaliação pedagógico-científica e não critérios de ordem administrativa ou jurídica.

MG fez uma resenha histórica sobre a evolução da missão das universidades. Discorreu sobre a evolução previsível das universidades no século XXI no contexto da revolução tecnológica e apresentou de seguida os desafios que estas instituições enfrentam nomeadamente, a tecnologia como ajuda ou como ameaça, o problema do financiamento num contexto de massificação do ensino superior, a questão da internacionalização e a opção local/global, a pesquisa translacional, a importância da imagem das instituições de ensino superior. Terminou questionando a atualidade da legislação que regula as carreiras e o governo as universidades.

O segundo painel, *As IES e o Governo: autonomia e regulação*, foi moderado pelo Doutor Pedro Gonçalves e contou com a presença dos doutores Gonçalo Velho (GV) e Pedro Teixeira (PT).

Através de dados retirados dos relatórios de contas das universidades, GV revelou os indicadores de desempenho das principais IES do país, nomeadamente a evolução das receitas próprias (propinas e projetos) e das provenientes do OE. Ficou claramente demonstrado que as universidades que passaram ao regime jurídico fundacional não se destacaram das restantes que permaneceram em regime de direito público, em termos de receitas próprias, tendo inclusivamente aumentado a sua dependência em relação à cobrança de propinas. O argumento falacioso segundo o qual a passagem ao regime fundacional iria agilizar a gestão e aumentar a capacidade de captar receitas próprias foi assim cabalmente desmontado.

PT apresentou um estudo feito na UP, em que foram investigados as percepções e intenções de comportamentos dos docentes relativamente à organização da instituição e à sua autonomia. Os resultados sugerem que a liberdade de intervenção pedagógica e científica é interiorizada como um bem maior e que não é limitada pela forma de estrutura organizativa existente. Os resultados mostram também a relativa indiferença dos docentes face às alterações introduzidas ou a introduzir no regime da UP.

O terceiro painel, *O Governo das IES: órgãos uninominais e colegiais*, foi moderado pelo Doutor Ernesto Costa (EC) e contou com a participação da Doutora Maria Eduarda Gonçalves (MEG) e do estudante Alexandre Amado (AA).

MEG procedeu a uma revisitação dos vários regimes jurídicos das IES desde o 25 de Abril de 1974, salientando o compromisso positivo com a autonomia universitária e a sua lenta corrosão, à medida que as relações de forças na sociedade e na política nacionais se foram alterando. Para MEG, o RJIES de 2007 representa claramente uma opção política, ao colocar as IES ao serviço

de interesses económicos privados e deixando cair tudo o que de bom existia no sistema anterior.

AA expressou uma forte crítica o RJIES vigente, salientando a sua falta de democraticidade e representatividade na eleição dos órgãos de governo através de um colégio eleitoral restrito e reivindicando uma maior participação dos estudantes nas diferentes instâncias de decisão. O moderador EC afirmou que a existência de entidades externas é benéfica para as IES, com limites precisos e que a urgência de revisão do RJIES, da competência da AR, não deve fazer esquecer a possibilidade e necessidade de alterar os estatutos da UC, de modo a descentralizar o seu governo e a permitir maior autonomia às suas unidades orgânicas.

No debate que se seguiu foi consensual a opinião que o RJIES necessita de uma reformulação profunda que altere as formas de eleição dos órgãos de governo, reforce a autonomia das IES, as descentralize e desburocratize, conferindo-lhes meios para responder aos desafios de uma sociedade cada vez mais competitiva e mais acelerada na mudança.

A conferência foi encerrada pelo Presidente do Conselho Geral, Doutor João Caraça, que teceu algumas considerações sobre o modo como as mudanças na sociedade contemporânea exigem uma mudança no quadro jurídico que rege as universidades. Num tempo de constrangimentos, manifestou a sua preocupação relativamente às consequências que uma visão puramente quantitativa poderá terá na ideia e na prática da investigação movida pela curiosidade ou no desenvolvimento do pensamento crítico. Realçou os desafios criados pela revolução digital em curso e interrogou-se sobre a relação entre autonomia e abertura à sociedade das universidades.